



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Superintendência de Gestão e Controle
Comissão Especial de Licitação

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2016.

Ào: Superintendente Geral de Gestão e Controle
Harley Frambach de Moura Junior e

WMC ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

Da: Comissão Especial de Licitação
Assunto: Tomada de Preço nº 02/2016

Processo Administrativo nº 23079.028473/2013-05

Sr. Superintendente,

Através do presente recurso administrativo pretende a empresa WMC ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA-ME, já qualificada nos autos do processo licitatório a reformulação do resultado do julgamento da habilitação da Tomada de Preços nº 02/2016 que a inabilitou por descumprir o item 7.3.4.1 do Edital, por não apresentar as certidões de falência e concordata.

I DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

De início, ressaltamos que as atribuições da Comissão de Licitação consiste no recebimento, exame e julgamento de documentos e procedimentos relativos à licitação, consoante definição expressa no art. 6º, inciso XVI, da Lei nº.8.666/93.

II DA PRETENSÃO DA RECORRENTE

A recorrente insurge contra o resultado da habilitação, alegando que a habilitação jurídica da empresa foi comprovada mediante a apresentação de contrato social, como informado no item 7.3.1.2 do Edital e que a Certidão Cível Negativa apresentada é suficiente como comprovação de certidões de falência e concordata:

A Recorrente apresenta ainda, as seguintes alegações:

- 1) Justifica-se que a Certidão de Falência, hoje é emitida de forma eletrônica no site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Sendo este o que ratifica a situação da empresa junto aos órgãos de justiça em Minas Gerais em todos os processos Cíveis;
- 2) Em tempos remotos, as certidões emitidas no estado de Minas Gerais eram expedidas apenas presencialmente junto ao Fórum da Comarca. Este documento era nomeado "certidão cível negativa – pessoa jurídica –



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Superintendência de Gestão e Controle
Comissão Especial de Licitação

específica por Ação". Um documento ilustrativo, emitido presencialmente, já vencido, encontra-se anexado a este documento para esclarecer possíveis dúvidas;

- 3) Com a informatização dos sistemas, tal certidão passou a ser emitida de forma eletrônica, diretamente no site do TJMG, devido à facilidade na emissão e conferência por parte dos interessados. Tal certidão foi renomeada para "certidão cível negativa".
- 4) Esta informatização está de acordo com o disposto na Resolução 121/2010 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que determinou a informatização dos sistemas e emissões de certidões. No caso da certidão cível negativa, ela possui função ampla de comprovar quaisquer atos contra a empresa, incluindo sua falência, recuperação judicial e concordata.
- 5) Ou seja, a inexistência de processos judiciais cíveis, junto ao Tribunal de Justiça da sede da recorrente, inquina na ausência de processos de falência. Ao passo que, a existência de processos cíveis de outra natureza, desde que não sejam de falência ou concordata. Nesses casos, existindo processos de natureza cível deve o particular demonstrar que não se tratam de processos de falência ou concordata, obtendo junto ao tribunal da Sede a Certidão Específica.

III DOS FATOS

De início, registre-se que a inabilitação refere-se somente à Certidão Cível Negativa, não abrangendo comprovação de contrato social.

O item 7.3.4.1 do edital exige:

7.3.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

Após reexame da referida Certidão, bem como as alegações apresentadas pela empresa, a Comissão Especial de Licitação promoveu diligência, através de contato telefônico com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verificando que a Certidão Judicial Cível Negativa emitida pela internet (<http://www8.tjmg.jus.br/certidaoJudicial/faces/emitirCertidao.xhtml>) atende o exigido no instrumento convocatório.

Nesse passo, reconhece a Comissão, por unanimidade, a procedência das alegações da Impugnante, acolhendo-a naquilo que é contestado. Por consequência, torna-se desnecessário esmiuçar os argumentos trazidos à baila.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Pró-Reitoria de Gestão e Governança
Superintendência de Gestão e Controle
Comissão Especial de Licitação

IV DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, em respeito aos princípios básicos regedores das licitações públicas, a Comissão decide acolher o recurso e, conseqüentemente, declarar a empresa WMC ENGENHARIA, PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA habilitada para continuidade deste certame.

Por derradeiro, encaminhamos o recurso administrativo em tela com as informações acima a V.S.^a para simples conhecimento.

A COMISSÃO

 Alexandre Augusto Prado da Silva Presidente	 Irene de Fátima Jardim Substituto	 Andréia dos Santos Durante Oliveira Membro	 Zenildo Ferreira de Oliveira Membro
--	--	--	--